



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

196/2018

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE DUAS VIATURAS  
PESADAS DE PASSAGEIROS COM LOTAÇÃO MÍNIMA DE 33  
LUGARES, PELO VALOR GLOBAL DE 323.900,00€, AO QUAL  
ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.**

Aos dezassete dias do mês de Maio do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Júlia Gonçalves Sousa Gonçalves, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **PEDRO GONÇALO TENAZINHA PIMPÃO**, na qualidade de seu Vice-Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, com sede na Quinta das Cotovias, Edif. Hydraplan, Sobralinho – Vila Franca de Xira, com o capital social de 650.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 507448979, representada por **JOSÉ CARLOS PEREIRA DE MATOS DUQUE**, divorciado, natural de Santa Maria de Viseu e residente em Faro, portador do cartão de cidadão número 3565099 0ZY7, válido até 21 de Agosto de 2018, contribuinte número 162837224 e **JOAQUIM FERNANDO FARIAS LOPES**, natural da freguesia da Sé (Faro) e residente em Faro, portador do cartão de cidadão número 05383676 6ZY1, válido até 30 de Agosto de 2022, contribuinte número 148991351, os quais outorgam na qualidade de Administrador e Procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 28 de Junho de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **26 de Abril de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República números 52, II Série de 14 de Março de 2018 e JOUE – S53 datado de 16 de Março de 2018, foi adjudicado à firma **HYDRAPLAN – MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE VEÍCULOS, S.A.**, o “**FORNECIMENTO DE DUAS VIATURAS PESADAS DE PASSAGEIROS COM LOTAÇÃO MÍNIMA DE 33 LUGARES**”, pelo valor global de 323.900,00€ (trezentos e vinte e três mil e novecentos euros) acrescido de IVA à taxa



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

2

*[Handwritten signatures]*

legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **3283**, e LCPA n.º **6706** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

**SEGUNDA:** O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de duas viaturas pesadas de passageiros com lotação mínima de 33 lugares, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida; -----

**TERCEIRA:** A entrega das viaturas será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada no prazo de 180 a 210 dias após o primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato, conforme proposta do fornecedor;-----

Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- 2% no primeiro dia de atraso;-----
- +4% no segundo dia de atraso;-----
- +6% no terceiro dia de atraso;-----
- +8% por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36%;-----

O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação das viaturas, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos e a fornecer o equipamento Declaração de Conformidade CE.-----

Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

3  
*[Handwritten signatures and initials]*

**QUARTA:** O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

**QUINTA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade as viaturas com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos. As viaturas devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destinam;-----

A edilidade procede no prazo de 5 dias após a entrega das viaturas, à inspecção quantitativa e qualitativa das mesmas, com vista a verificar, respectivamente, se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor, bem como outros requisitos exigidos por lei;-----

**SEXTA:** No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o fornecedor. O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede à realização de novos testes, nos termos do artigo 6.º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

**SÉTIMA:** Caso os testes comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação dos bens, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

4

**OITAVA:** A garantia geral (chassis) e a garantia mecânica (motor, caixa de velocidades e cadeia de transmissão) é de 37 (trinta e sete) meses, a garantia da carroçaria, pintura e anti-corrosão), é de 60 meses, sem limite de quilómetros, de acordo com a proposta do fornecedor;-----

**NONA:** O valor global da prestação de serviços é de **323.900,00€ (trezentos e vinte e três mil e novecentos euros)**, sem I.V.A. incluído, e para garantia da boa execução dos trabalhos e cumprimento das cláusulas deste contrato, foi prestada a caução correspondente ao depósito definitivo de **cinco por cento**, deste valor, no montante de **16.195,00€ (dezasseis mil, cento e noventa e cinco euros)**, emitida pela Cosec – Companhia de Seguro de Créditos, S.A., com sede em Av. da Liberdade, 249 – 6º - Lisboa, através do **Seguro Caução** com a **Apólice N.º 100019030/20**, datado de 07 de Maio de 2018;-----

**DÉCIMA:** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** As quantias devidas serão pagas no prazo de 60 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8100

5  
[Handwritten signature]

**DÉCIMA SEGUNDA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

**DÉCIMA QUARTA:** De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Pedro Ventura, Chefe de Divisão de Ambiente, Transportes e Oficinas;-----

**DÉCIMA QUINTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 26 de Abril de 2018, e aceite pela representada do segundo outorgante.-

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,****O SEGUNDO OUTORGANTE,****O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**